 BELO HORIZONTE PREFEITURA	PARECER TÉCNICO 2625/25	DATA 21/10/2025	SMMA
		GERÊNCIA GELCP	
Nº DO PROCESSO 31.00251464/2025-30		COMPETÊNCIA Originária	
RAZÃO SOCIAL / NOME FANTASIA Lafaete Gestão Ambiental Ltda			
CNPJ 22.101.690/0004-50	ENDEREÇO Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 4377, bairro Calafate		
RESPONSÁVEL LEGAL Gilberto Antônio da Silva		RESPONSÁVEL TÉCNICO Ana Carolina Sales Azevedo Nogueira – CREA MG 75368	
ATIVIDADE(S) PASSÍVEIS DE LICENCIAMENTO 3821100-00 – Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos Atividade Auxiliar D – Pátio de máquinas/garagem de veículos pesados		CÓDIGO AMBIENTAL CORRESPONDENTE F-05-18-1 – DN COPAM 217/17: Áreas de triagem, transbordo e armazenamento transitório e/ou reciclagem de resíduos de construção civil e volumosos. F-06-09-0 – DN COMAM 102/20: Garagem de empresas de transporte de passageiros e de cargas	
MODALIDADE DO LICENCIAMENTO Concomitante - LAC1		ETAPA DO LICENCIAMENTO LOC – Licenciamento de Operação Corretiva	
PARÂMETRO DE ENQUADRAMENTO Capacidade de recebimento: 1000m³/ dia	PORTE Grande	CLASSE 4	
DOCUMENTAÇÃO ANALISADA 2ª Análise - atendimento ao Parecer de pendências CLI nº 034/2025.			

1. INTRODUÇÃO

Este parecer trata da análise técnica da documentação, cadastrada sob o ticket nº 31.00251464/2025-30, em atendimento à OLEI nº 202402945 e ao Parecer de pendências CLI nº 034/2025 (1ª análise do dia 22/05/25), com a finalidade de obtenção da Licença de Operação Modalidade Corretiva – LOC, para o empreendimento Lafaete Gestão Ambiental Ltda.

O parecer foi elaborado conforme documentações apresentadas pelo estabelecimento, relatório de vistoria fiscal SUFIS, realizada em 28/04/2025, pelos Fiscais de Controle Urbanístico e Ambiental Tatiane Daniela Fonseca Félix, Gabriela Soares Walken e Welber Frank Cantuária Mendes e vistoria realizada em 09/05/25 pela equipe da SMMA.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

2.1. Descrição da vizinhança

O empreendimento Lafaete Gestão de Resíduos Ltda ocupa uma área útil de 3.655,82 m², e está situado à avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 4377, bairro Calafate, Regional Oeste – O2 (Figura 01).

Em relação às características urbanísticas e ambientais, o empreendimento está inserido em área de zoneamento OM-3 – Ocupação Moderada 3, ZEIS-1 – Zona Especial de Interesse Social – 1 e ainda em Área de Diretrizes Especiais - ADE Vale do Arrudas, conforme Lei Municipal 11.181/2019 (Plano Diretor do município de Belo Horizonte).



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

Figura 01 - Localização do empreendimento



Fonte: SUFIS.

2.2. Descrição do empreendimento e atividades


De acordo com as informações obtidas no RPCA, a capacidade estimada de recebimento na unidade é para 1.000 m³/dia. Os resíduos recepcionados nesta unidade são originados de obras de clientes geradores que contratam serviços de caçambas estacionárias da Lafaete Gestão Ambiental Ltda, não sendo aberto a empresas terceiras do segmento de caçambas.

As etapas de funcionamento da unidade são:



As cargas são recebidas em caçambas de 3, 5 ou 8 m³, sendo os resíduos armazenados em área coberta no galpão para triagem e armazenamento até o momento da destinação final. O piso do galpão é em terra batida coberta de brita. As caçambas vazias ficam no pátio descoberto, piso em terra batida. Nem todo resíduo será despejado no piso, podendo ocorrer com resíduos somente de classe A (concreto, entulho, argamassa, terra), e para os demais resíduo Classe B – recicláveis e Classe C (sacaria e gesso), os mesmos poderão permanecer nas próprias caçambas recepcionadas podendo haver o transbordo somente para uma caçamba maior.



 BELO HORIZONTE PREFEITURA	PARECER TÉCNICO 2625/25	DATA 21/10/2025	SMMA
		GERÊNCIA GELCP	

- Recepção dos resíduos: Os resíduos são recebidos em caçambas lonadas de 3m³, 5m³ e 8m³. A recepção é feita de forma organizada permitindo o controle da documentação dos resíduos recebidos. As caçambas são inspecionadas visualmente e os resíduos são identificados e registrados ao chegar na Área de Transbordo e Triagem.
- Triagem dos resíduos: Os resíduos são identificados e basculados em área específica, conforme a classe (A, B, C) e suas características físicas (madeira, gesso, metal etc.). Quando a caçamba precisa da realização de uma triagem, essa por sua vez, ocorre manualmente por trabalhadores dotados de Equipamentos de Proteção Individual. O processo de triagem facilita a reciclagem, reutilização e descarte adequados dos materiais, agregando valor ao resíduo.
- Armazenamento dos resíduos: Os resíduos triados são armazenados temporariamente até serem suficientes para o transporte. O armazenamento ocorre em caçambas de 8m³, 30 m³ e em montes.
- Transbordo dos resíduos: Após triagem os resíduos são transferidos para veículos maiores para transporte até o destino final, otimizando o transporte, reduzindo custo e impacto ambiental.
- Transporte para o destino final: Os resíduos são transportados por meio de caminhão basculante, poliguindaste ou roll on, de acordo com o volume a ser destinado.

O empreendimento não está em operação. A planta com a identificação dos contenedores e equipamentos a serem disponibilizados para a triagem e armazenamento dos resíduos coletados nos clientes é uma proposta para quando do início das atividades no local. Os resíduos da construção civil, tipo A, provenientes de demolições, entulho, terra, tijolos cerâmicos, solos e demais serão armazenados diretamente no piso em terra batida na cobertura do galpão existente. Os resíduos da Classe B como sucata, vidro, plástico e papel serão armazenados em caçambas de 5 m³, em galpão coberto, piso em concreto a ser implantado. Os resíduos como orgânicos e não recicláveis serão armazenados em caçambas de 1m³, em galpão coberto, piso em concreto a ser implantado. Os resíduos da Classe B, como madeira e sucata serão armazenados em caçamba de 30 m³, em galpão coberto, piso em terra batida. Os resíduos da Classe C, como gesso (acartonado, forro, *dry wall*, etc.), isopor, pavimento asfáltico, lã de vidro ou quaisquer que não possam ser reciclados serão armazenados em caçambas de 5 m³, em galpão coberto, piso em terra batida.


Cabe salientar, que a RT afirma que não serão recebidos resíduos da construção civil Classe D no empreendimento. O empreendimento não possui a atividade de transporte de produtos perigosos no CNAE, portanto, não possuem autorização para exercer tal atividade.

Também foi relatado no RPCA que o empreendimento não integra sistema de logística reversa formalmente instituído, que não haverá processo de beneficiamento dos resíduos *in loco* nem separação de componentes de rejeitos eletrônicos.

Conforme informação obtida no RPCA, o horário de funcionamento será de 7 às 17h de segunda à sexta-feira e de 7 às 13h aos sábados, sendo previstos o número de 10 funcionários.

De acordo com a vistoria SUFIS realizada em 28/04/2025, a empresa receberá através de caminhões próprios, caçambas de 5 m³, que serão descarregadas no pátio interno da área. Após o recebimento, será utilizada a retroescavadeira para abastecer caminhões de volume maior (aproximadamente 15 m³). O material será transferido para esses caminhões para então ser levado para áreas de destino.



 BELO HORIZONTE PREFEITURA	PARECER TÉCNICO 2625/25	DATA 21/10/2025	SMMA
		GERÊNCIA GELCP	

Este procedimento caracterizará o local como uma estação de transbordo, o que facilitará a operação e reduzirá os custos da empresa, já que as pequenas cargas serão concentradas antes do transporte final.

Foi relatado na vistoria que o empreendimento está se preparando para operar como área de transbordo e triagem de resíduos, especialmente de classe A (concreto, argamassa e outros resíduos da construção civil) e, em menor quantidade, de classe B (madeira, papelão, plástico, metais e vidro). A previsão é receber cerca de 1.000 m³ de resíduos por dia, utilizando principalmente caçambas de 5 m³, embora eventualmente possam ser utilizadas caçambas de 8 m³. O material será proveniente, majoritariamente, de empresas construtoras de Belo Horizonte e cidades vizinhas, como Contagem e Nova Lima. Quanto às futuras atividades, os procedimentos incluirão: recebimento de solicitação via pedido administrativo; identificação do tipo de resíduo; envio da caçamba para o cliente; permanência no endereço do cliente por período permitido em lei; coleta mediante solicitação ou vencimento de prazo; e destinação conforme MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos). Atualmente, o empreendimento não opera como área receptora. Nesse sentido, o resíduo coletado é encaminhado diretamente para parceiros licenciados para resíduos classe A; encaminhados para recicladores para materiais classe B; e para a empresa Essencis quando se trata de resíduos de sacaria e gesso (destinados ao coprocessamento).

A triagem dos materiais recebidos será manual, separando eventuais resíduos misturados. E não haverá qualquer tipo de tratamento (como lavagem, trituração, compactação ou prensagem) dos resíduos no local, pois o foco será o armazenamento temporário e envio para destino final autorizado. Não haverá recebimento de resíduos classe 1 (perigosos), como lâmpadas, resíduos de saúde ou resíduos contaminados. E caso a empresa receba pneus ou outros resíduos não conformes, serão imediatamente devolvidos ao cliente ou enviados para destinação adequada conforme MTR.


Também foi relatado em vistoria SUFIS que quanto à infraestrutura, o local conta com um galpão para armazenagem de resíduos (que armazenará também caçambas rolantes de 30m³); uma área de apoio para refeição dos funcionários (sem manipulação de alimentos); um almoxarifado para guarda de materiais; e um contêiner que será adaptado como escritório. As estruturas existentes encontram-se degradadas e serão adequadas para atender às necessidades operacionais após o licenciamento

Figura 02 – Estrutura geral interna da empresa.



Fonte: SUFIS.



 BELO HORIZONTE PREFEITURA	PARECER TÉCNICO 2625/25	DATA 21/10/2025	SMMA
		GERÊNCIA GELCP	

3. ASPECTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

3.1. Geração de Resíduos

Foram identificadas no RPCA a matriz de gestão de resíduos gerados no empreendimento e a matriz de gestão de resíduos originados na atividade de triagem e transbordo (Quadros 01 e 02).

Quadro 01 – Matriz de Gestão de Resíduos gerados no empreendimento.

MATRIZ DE GESTÃO DE RESÍDUOS											
RESÍDUOS GERADOS NO EMPREENDIMENTO		GERAÇÃO	LOCAIS DE GERAÇÃO	FORMA DE ACONDICIONAMENTO / ARMAZENAMENTO (CARACTERÍSTICAS:CAPACIDADE E QUANTIDADE)			COLETA E TRANSPORTE		TRATAMENTO	DESTINAÇÃO / DISPOSIÇÃO FINAL	
				SACOS PLÁSTICOS S/OUTROS	CONTENEDORES/ EQUIPAMENTOS(NÚMERO, TIPO E CAPACIDADE)	LOCAL DE ARMAZENAMENTO	RESPONÁVEL	FREQUÊNCIA			
CLASSE I	PERIGOSOS	Lâmpada fluorescente, LED ou similares (*)	30 litros/ano	Refeitório, escritórios administrativos, sanitários, área externa, vestiários	Embalagem de origem (caixa de papelão)	Tipo: Coletor de plástico Cor: Laranja Rotulo com identificação Capacidade: 60 litros Quantidade: 1	Almoxarifado	Lafaete Gestão Ambiental	Sob demanda	Descontaminação de Lâmpadas / Ativa Minas Gestão Ambiental	Reciclagem
		Pilhas e baterias	1 litro/ano	Administrativo	Saco plástico 15 litros	Tipo: Coletor de plástico Cor: Laranja Rotulo com identificação Capacidade: 10 litros Quantidade: 1	Almoxarifado	Lafaete Gestão Ambiental	Sob demanda	E-mile Empresa Mineira de Lixo Eletrônico / Reciclagem	Reciclagem
		Toner de impressora	5 litro / ano	Escritório	Caixa de papelão de origem ou sacos plásticos	Tipo: Caixa de papelão Cor: Laranja Rotulo com identificação Capacidade: 10 litros Quantidade: 1	Almoxarifado	Lafaete Gestão Ambiental	Sob demanda	E-mile Empresa Mineira de Lixo Eletrônico / Reciclagem	Reciclagem
CLASSE II	RESÍDUOS COMUNS NÃO RECICLÁVEIS	Resíduos de instalações sanitárias /vestiário, varrição, folhas e podas de árvores)	35 litros/dia	Copa, instalações sanitárias, escritórios administrativos,	Sacos plásticos cor clara de 100l	Tipo: Contenedor móvel Cor: Cinza Rotulo com identificação Capacidade: 240 litros Quantidade: 1	ARS - Área de armazenamento reduzido	Coleta pública BH	3 vezes na semana	Aterro Sanitário / Central de Tratamento de resíduos Macaúbas (CTR)	Aterro
		EPIs usados não contaminados	3 litros/dia	Troca de EPIs no almoxarifado	Sacos plásticos preto de 100l	Tipo: Bombona plástico Cor: Cinza Rotulo com identificação Capacidade: 100 litros Quantidade: 1	ARS - Área de armazenamento reduzido	Lafaete Gestão Ambiental	Sob demanda	Blendagem para Coprocessamento / Essencis Soluções Ambientais	Blend
		Resíduo de varrição	20 litros/dia	Copa, escritórios administrativos, área externa	Sacos plásticos cor clara de 100l	Tipo: Contenedor móvel Cor: Cinza Rotulo com identificação Capacidade: 240 litros Quantidade: 1	ARS - Área de armazenamento reduzido	Coleta pública BH	3 vezes na semana	Aterro Sanitário / Central de Tratamento de resíduos Macaúbas (CTR)	Aterro
		Resíduos orgânicos	26,2 litros/dia	Refeitório	Sacos plásticos cor clara de 100l	Tipo: Contenedor móvel Cor: Cinza Rotulo com identificação Capacidade: 240 litros Quantidade: 1	ARS - Área de armazenamento reduzido	Coleta pública BH	3 vezes na semana	Aterro Sanitário / Central de Tratamento de resíduos Macaúbas (CTR)	Aterro
CLASSE II	RESÍDUOS RECICLÁVEIS (SENDO DE CONTAMINAÇÃO)	Papel/papelão	10 litros/dia	Escritórios administrativos, almoxarifado,	Sacos plásticos azul de 15 l	Tipo: Caçamba Rotulo com identificação AZUL "PAPEL" Capacidade: 5 m3 Quantidade: 1	Área de armazenamento de resíduos recicláveis	Lafaete Gestão Ambiental	Sob demanda	Triagem e transbordo / Belo Monte Ambiental	Reciclagem
		Embalagens PET	5 litro/dia	Refeitorio	Sacos plásticos vermelho de 15 l	Tipo: Caçamba Rotulo com identificação VERMELHO "PLÁSTICO" Capacidade: 5 m3 Quantidade: 1	Área de armazenamento de resíduos recicláveis	Lafaete Gestão Ambiental	Sob demanda	Triagem e transbordo / Belo Monte Ambiental	Reciclagem
		Lata de alumínio	2 litro/dia	Refeitorio	Sacos plásticos amarelo de 15 l	Tipo: Caçamba Rotulo com identificação AMARELO "METAL" Capacidade: 5 m3 Quantidade: 1	Área de armazenamento de resíduos recicláveis	Lafaete Gestão Ambiental	Sob demanda	Triagem e transbordo / Belo Monte Ambiental	Reciclagem
		Plástico	15 litros/ dia	Escritórios administrativos, refeitórios, almoxarifado	Sacos plásticos vermelho de 15 l	Tipo: Caçamba Rotulo com identificação PLÁSTICO "VERMELHO" Capacidade: 5 m3 Quantidade: 1	Área de armazenamento de resíduos recicláveis	Lafaete Gestão Ambiental	Sob demanda	Triagem e transbordo / Belo Monte Ambiental	Reciclagem


Fonte: RPCA.



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

 BELO HORIZONTE PREFEITURA	PARECER TÉCNICO 2625/25	DATA 21/10/2025 GERÊNCIA GELCP	SMMA
--	---------------------------------------	---	-------------

Quadro 02 – Matriz de Gestão de Resíduos originados na atividade de triagem e transbordo.

MATRIZ DE GESTÃO DE RESÍDUOS ORIGINADOS NA ATIVIDADE DE TRIAGEM E TRANSBORDO

CLASSE		TIPO DE RESÍDUO	VOLUME MAX RECEBIDO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	RECIPIENTE DE ARMAZENAMENTO FINAL	CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO	PERÍODO MÁXIMO DE ARMAZENAMENTO	TRATAMENTO	DESTINAÇÃO / DISPOSIÇÃO FINAL
CLASSE A	RESÍDUOS COMUNS NÃO REICLAVÉIS	Solo	13200 m³/mês	Atividade de Triagem e Transbordo	Forma de pilha	359 m³/dia	Período de armazenamento varia de acordo com o volume recebido	Aterro de rezevação / Belo Monte Ambiental	Aterro
		Tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento, argamassa concreto, blocos						Aterro de rezevação / Belo Monte Ambiental	Aterro
		Mistura de resíduos da construção com papel, madeira, papelão, sucata metálica, plástico.	4400 m³/mês	Atividade de Triagem e Transbordo	Forma de pilha	200 m³/dia	Período de armazenamento varia de acordo com o volume recebido	Belo Monte Ambiental / Triagem e transbordo	Aterro / Reciclagem
CLASSE B		Papel e papelão	660 m³/mês	Atividade de Triagem e Transbordo	Caçamba metálica volume: 5m³	30	Período de armazenamento varia de acordo com o volume recebido	Belo Monte Ambiental / Triagem e transbordo	Reciclagem
		Plásticos (PET, PEAD, PVC)	220 m³/mês	Atividade de Triagem e Transbordo	Caçamba metálica volume: 5m3	15	Período de armazenamento varia de acordo com o volume recebido	Belo Monte Ambiental / Triagem e transbordo	Reciclagem
		Madeira	1320 m³/mês	Atividade de Triagem e Transbordo	Caçamba metálica volume: 30m3	60 m³/dia	Período de armazenamento varia de acordo com o volume recebido	Reciclagem / J&E Reciclagem	Reciclagem
		Sucata Metálica	440 m³/mês	Atividade de Triagem e Transbordo	Caçamba metálica volume: 30m3	30 m³	Período de armazenamento varia de acordo com o volume recebido	Belo Monte Ambiental / Triagem e transbordo	Reciclagem
CLASSE C		Gesso	660 m³/mês	Atividade de Triagem e Transbordo	Caçamba metálicas 5m3	40 m³	Período de armazenamento varia de acordo com o volume recebido	Essencis Soluções Ambientais / Blendagem para coprocessamento	Blend
		Sacaria	440 m³/mês	Atividade de Triagem e Transbordo	Caçamba metálicas 5m3		Período de armazenamento varia de acordo com o volume recebido	Essencis Soluções Ambientais / Blendagem para coprocessamento	Blend
		Lã de rocha	440 m³/mês	Atividade de Triagem e Transbordo	Caçamba metálicas 5m3		Período de armazenamento varia de acordo com o volume recebido	Aterro Sanitário / Central de Tratamento de resíduos Macaúbas (CTR)	Aterro
		Lã de vidro	440 m³/mês	Atividade de Triagem e Transbordo	Caçamba metálicas 5m3		Período de armazenamento varia de acordo com o volume recebido	Aterro Sanitário / Central de Tratamento de resíduos Macaúbas (CTR)	Aterro
		Isopor	440 m³/mês	Atividade de Triagem e Transbordo	Caçamba metálicas 5m3		Período de armazenamento varia de acordo com o volume recebido	Essencis Soluções Ambientais / Blendagem para coprocessamento	Blend
RESÍDUOS FORA DE ESPECIFICAÇÃO	CLASSE III	Mistura de resíduos da construção sem possibilidade de segregação, podendo ser RCC Classe A + Lixo doméstico RCC Classe A+ Lixo verde	15m³/mês	Atividade de Triagem e Transbordo	Caçamba metálicas 5m³	20m³	24 horas	Aterro Sanitário / Central de Tratamento de resíduos Macaúbas (CTR)	Aterro
	PERIGOSOS	Mistura de resíduos da construção que não é possível segregação, podendo ser RCC + resíduo perigoso	5m³/ano	Atividade de Triagem e Transbordo	Caçamba metálicas 5m³		24 horas	Aterro Classe I / Essencis Soluções Ambientais	Aterro

Fonte: RPCA.

Segundo relatado em vistoria SUFIS, a empresa não fará tratamento dos resíduos no local. Os resíduos são apenas triados e encaminhados a terceiros:


- ✓ Classe A: Encaminhados a parceiros licenciados;
- ✓ Classe B: Enviados para recicladores;
- ✓ Sacarias e gesso: Destinação para Essencis (coprocessamento);
- ✓ Vidro contaminado: Encaminhado para aterro sanitário (Macaúbas);
- ✓ Sucatas: Enviadas a empresas específicas.



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

 BELO HORIZONTE PREFEITURA	PARECER TÉCNICO 2625/25	DATA 21/10/2025	SMMA
		GERÊNCIA GELCP	

Na vistoria realizada pela SUFIS, foi relatado que o empreendimento aceita o recebimento de resíduos contaminados com óleo ou produtos químicos, porém a RT afirma que caso venha ocorrer este recebimento, estes serão destinados diretamente ao aterro sem passar pela unidade de transbordo.

Em vistoria realizada pelos técnicos da SMMA, foi observado o armazenamento de pneus (sendo alguns inservíveis) em galpão coberto e também em local descoberto, assim como a presença de carreta tanque desativada localizada próximo ao poço artesiano. Será condicionante a comprovação por meio de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e respectivo Certificado de Destinação de Resíduos (CDF) a destinação ambientalmente adequada dos pneus inservíveis assim como da sucata observado seu uso pretérito. Ainda, será exigida a apresentação de relatório descritivo e fotográfico comprobatório.

Figura 03 – Armazenamento de pneus.



Fonte: SUFIS.

Figura 04 – Carreta tanque desativada




Fonte: SUFIS



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

 BELO HORIZONTE PREFEITURA	PARECER TÉCNICO 2625/25	DATA 21/10/2025 GERÊNCIA GELCP	SMMA
--	---------------------------------------	---	-------------

Em relação ao resíduos gerados pelo funcionamento do empreendimento, e não pela atividade fim de triagem e transbordo, os impactos serão analisados pelo PGRSE de competência de análise neste caso da SLU.

Entretanto, cumpre dizer que uma das pendências apontadas na primeira análise pela equipe da SMMA, continua em aberto, que diz respeito aos resíduos de construção civil, que poderão ser originados por intervenções, obras e demolições de quaisquer níveis que venham a ser realizadas para que o empreendimento possa estar apto a entrar em funcionamento. De acordo com vistoria da SMMA, e ainda de acordo com a planta apresentada pela RT dentre os documentos de segunda análise, é possível observar a indicação de edificações/espços não existentes e a próprio denominação: planta de implantação e não de situação ou “as built” indica que haverá intervenções no terreno. Portanto, será definida como condicionante a apresentação e implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC.

3.2. Ruídos e vibrações

De acordo com as informações obtidas no RPCA, o empreendimento está com as atividades paralisadas, portanto não foi realizada a avaliação de níveis de ruídos no qual é desenvolvida com ruídos fonte e ruídos fonte mais fundo para efeito de observação dos limites de níveis de emissões sonoras gerados pelas atividades do empreendimento.

Conforme relatado em vistoria SUFIS, em suas operações normais, o empreendimento fará uso de retroescavadeira e de caminhões, que são considerados fontes de ruídos. De acordo com o relatório, anteriormente, o monitoramento de ruídos era realizado semestralmente, através de empresa especializada. Acrescenta-se que tal monitoramento deve ser retomado, conforme condicionantes do novo licenciamento.

Será condicionante a apresentação do laudo técnico de avaliação de emissões sonoras quando o empreendimento estiver operando em condições normais.

3.3. Emissões atmosféricas


Segundo consta no RPCA, para o exercício de suas atividades, o empreendimento adota o monitoramento do controle da fumaça emitida pelos veículos de sua frota. O monitoramento é realizado por meio da escala Ringelman. Os veículos da frota própria que atendem ao empreendimento utilizam o combustível Diesel S10.

Com relação a equipamentos, foi descrito no RPCA que o empreendimento contará com uma retroescavadeira, um caminhão Roll on Off e quinze caminhões poliguindaste.

Em vistoria SUFIS foi relatado que o controle de emissão de fumaça preta dos caminhões será feito por meio de escala do opacímetro, seguindo o procedimento interno da empresa, a cada mil quilômetros rodados. Nesse sentido, as principais fontes de poluição são a retroescavadeira e os caminhões que fazem o transbordo dos materiais. Todos os veículos são responsáveis pela emissão de particulados e fumaça preta sendo que o controle da poluição será realizado de maneira periódica de verificação. A empresa realiza medições com opacímetro a cada 1.000 km percorrido por veículo. Acrescenta-se que as condições de ventilação são boas, pois o terreno conta com uma área externa grande, que garante muita ventilação natural.

A estrutura da empresa não possui chaminés ou exaustores. Quanto aos materiais particulados, realiza-se aspersão de água diária no local para evitar poeira e incômodos na vizinhança.



 BELO HORIZONTE PREFEITURA	PARECER TÉCNICO 2625/25	DATA 21/10/2025	SMMA
		GERÊNCIA GELCP	

Foi relatado em vistoria que a madeira recebida será oriunda de obras e destinada a recicladores específicos. Não há uso de madeira como combustível e seu armazenamento ocorrerá no galpão coberto. A empresa, entretanto, não apresentou cadastro de utilização de produto/subproduto floresta atualizado. Porém, será definida condicionante que exigirá a comprovação por meio da elaboração e implantação do PGRCC. Não foi informado o uso de equipamentos de climatização ou tipo de fluido. Não há gerador instalado na unidade.

Como haverá movimentação de veículos de carga dentro do estabelecimento, foi apresentado o Plano de Controle Atmosférico de Particulados. Dentre as medidas de controle para a mitigação de efluentes atmosféricos, foi elaborado o cronograma de implantação de ações para o empreendimento.

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO												
AÇÕES	1 mês	2 mês	3 mês	4 mês	5 mês	6 mês	7 mês	8 mês	9 mês	10 mês	11 mês	12 mês
Implantação de sistemas de aspersão de água em áreas de acúmulo e movimentação de resíduos	X	X										
Realização de treinamentos periódicos para funcionários sobre boas práticas de manejo de resíduos	X	X	X									
Controlar testes opacidade dos veículos e equipamentos a diesel	X						X					
Realizar monitoramento visual	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Aquisição e instalação de placas de sinalização informando a velocidade percorrida	X	X										

Será condicionante a apresentação do plano de automonitoramento da frota com avaliação dos níveis de opacidade.

3.4. Água - consumo, utilização, geração e tratamento de efluentes

De acordo com o RPCA, no empreendimento há duas instalações sanitárias, com os seguintes dispositivos: Torneiras com arejadores e bacias com caixa acoplada, com sistema duplo para vazões de descarga. As torneiras com temporizador, prevê o tempo de abertura em 10 segundos, e assim, reduz significativamente a vazão. Esse sistema conta com acionamento hidromecânico, com leve pressão da mão e fechamento automático temporizado em segundos. Seu fluxo de água cessa após alguns segundos, visto que conta com um mecanismo interno que se fecha. Para que ela volte a liberar água, o usuário deve acioná-la novamente. Além disso, as torneiras são dotadas de arejadores que podem reduzir o consumo de água em até 50%. Esse dispositivo é instalado na saída da bica e é composto por uma tela fina que reduz a área de saída e possibilita a entrada de ar pelas laterais. Os vasos sanitários são dotados de caixa acoplada, com descargas de duplo acionamento. São compostas por um fluxo de 3 litros de água para o descarte de efluentes líquidos (urina) e outro fluxo com liberação de 6 litros de água para o descarte de efluentes sólidos (fezes). Esse tipo de descarga proporciona uma significativa redução no consumo de água. Um vaso sanitário acoplado a uma descarga convencional consome 12 litros de água por vez, enquanto um vaso sanitário acoplado a uma descarga com duplo acionamento consome 3 ou 6 litros de água por vez.

Também foi descrito no RPCA que não há sistema de drenagem oleosa. Não há caixa separadora de água e óleo. No empreendimento não são exercidas atividades que geram resíduos oleosos ou graxosos.

Foi apresentado o Contrato de Prestação de Serviços para Recebimento e Controle de Efluentes Líquidos Domésticos e Não Domésticos – PRECEND com a assinatura das partes envolvidas.


De acordo com a SUFIS, não há geração significativa de efluentes líquidos no processo. A aspersão de água na área externa é a única atividade que consome água e, destaca-se que não será realizada lavagem ou descontaminação de caçambas no local. No entanto, acúmulo de água de chuva foi



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

 BELO HORIZONTE PREFEITURA	PARECER TÉCNICO 2625/25	DATA 21/10/2025	SMMA
		GERÊNCIA GELCP	

observado em canaletas e ralos, sem drenagem adequada. Não há geração de efluentes oleosos, pois não há lavagem de veículos ou equipamentos na unidade, não há troca de óleos, lavagem de peças, tanques ou panos na unidade e também não há manutenção de veículos. Não existe CSAO instalada.

No decorrer da vistoria realizada pela equipe da SMMA, foi evidenciada a existência de poço de captação de água subterrânea, localizado próximo ao tanque/carreta em desuso, segundo informações da responsável técnica pelo RPCA. Desse modo, será definida como condicionante a realização do tamponamento, em conformidade com Nota técnica 01/2006 do IGAM, bem como o cancelamento da respectiva Outorga concedida pelo órgão, se for o caso.

3.5. Investigação Ambiental

Apresentado relatório Avaliação Ambiental Preliminar – Projeto Senso 073/2025 datado de julho/2025, elaborado pela empresa Senso Soluções Ambientais Eireli, sob responsabilidade técnica de Carlos Alberto Pereira Mendes, Geógrafo, CREA-MG: 147591/D, ART nº MG20254154706 assinada e registrada em 30/072025.

O relatório teve como objetivo realizar a avaliação inicial da área do empreendimento com base nas informações históricas disponíveis e inspeção da área investigada, com o objetivo principal de encontrar evidências, indícios ou fatos que permitam suspeitar da existência de contaminação na área pelas atividades exercidas pelo empreendimento. Os trabalhos técnicos de campo foram realizados entre os dias 14 e 15 de julho de 2025.

O relatório conclui dizendo que com base nos dados obtidos, através do histórico de operação do empreendimento, histórico de serviços ambientais, caracterização do entorno (raio de 250 metros) do empreendimento, avaliação temporal e visita técnica, o empreendimento pode ser caracterizado como sendo uma Área com Potencial Contaminação (AP). As potenciais fontes de contaminação que podem vir a impactar o solo e água subterrânea na área investigada são possíveis resíduos recebidos, armazenados e manejados durante a operação do empreendimento que possam estar contaminados com produtos químicos e ou hidrocarbonetos derivados de petróleo.

O estudo finaliza afirmando que com base na avaliação ambiental preliminar realizada no empreendimento, onde através da análise da avaliação temporal do uso da área, do processo de recebimentos, armazenamento e manejo de resíduos sólidos, faz-se necessário a complementação dos estudos ambientais com uma Investigação Ambiental Confirmatória.

Desse modo será condicionante realizar estudo de investigação confirmatória, em conformidade com o item 3.2 do Termo de referência Gerenciamento de Áreas Contaminadas disponível em <http://smma.pbh.gov.br>, aba Documentos para Download / Roteiros Técnicos. Os relatórios deverão ser acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

3.6. Áreas Permeáveis

Apresentado relatório Caracterização da Vegetação Caçambas Lafaete datado de março/2025 elaborado pela empresa Vellozia Estudos e Projetos Ambientais, sob responsabilidade técnica de Mayara Correa da Silva, bióloga, CRBio: 093139-04/D.

No estudo em questão, foram identificados 12 indivíduos arbóreos de sete espécies pertencentes a seis Famílias botânicas (Tabela 01)



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.


 BELO HORIZONTE PREFEITURA	PARECER TÉCNICO 2625/25	DATA 21/10/2025	SMMA
		GERÊNCIA GELCP	

Tabela 01 – Espécies encontradas

Nome Popular	Nome Científico	Família	Origem	Proteção legal	Quantidade
Amora	<i>Morus nigra</i>	Moraceae	Exótica	Não	1
Cipreste	<i>Cupressus sp</i>	Cupressaceae	Exótica	Não	1
Dracena verde	<i>Dracaena fragans</i>	Asparagaceae	Exótica	Não	1
Figueira	<i>Ficus elastica</i>	Moraceae	Exótica	Não	1
Goiaba	<i>Psidium guajava</i>	Myrtaceae	Nativa	Não	2
Limão cravo	<i>Citrus limon</i>	Rutaceae	Exótica	Não	3
Mamão	<i>Carica papaya</i>	Caricaceae	Exótica	Não	3
TOTAL					12

Também foi apresentado no estudo, relatório fotográfico com os registros das áreas permeáveis do empreendimento.

Figura 05 – Área permeável do empreendimento.



Fonte: Caracterização da Vegetação Caçambas Lafaete.

Figura 06 – Área permeável do empreendimento.




Fonte: Caracterização da Vegetação Caçambas Lafaete.



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

 BELO HORIZONTE PREFEITURA	PARECER TÉCNICO 2625/25	DATA 21/10/2025	SMMA
		GERÊNCIA GELCP	

Em vistoria realizada pela SMMA, foi definida como pendência a apresentação de projeto/planta de ocupação do terreno com memorial descritivo, indicando áreas permeáveis/ajardinadas, montagem de blocos/triagem, alocação de máquinas, equipamentos e área de guarda de veículos.

Em resposta a pendência, o empreendimento encaminhou a planta de ocupação do terreno revisada, porém não foi encaminhado o memorial descritivo. Será condicionante a apresentação do memorial descritivo o qual deverá ser informado o quantitativo da área permeável existente conforme o Art. 161 da Lei 11.181/2019 e caso, não tenha valor suficiente, deverão ser indicadas as áreas e propostas para atender a legislação.

3.7. Segurança e risco

Apresentado Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros – CLCB nº PRJ20250150291 com validade até 21/07/2030.

O Corpo de Bombeiros expede o certificado considerando a declaração assinada pelo responsável técnico do respectivo Processo de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP) de que a edificação, ou espaço destinado ao uso coletivo, abaixo descrito possui medidas de segurança previstas na legislação estadual de Segurança Contra Incêndio e Pânico vigente.

3.8. Medidas de sustentabilidade

Foi descrito no RPCA que no empreendimento serão instaladas lâmpadas LED de alta eficiência energética. As lâmpadas de LED podem representar uma grande economia de energia em relação ao uso lâmpadas incandescentes ou até mesmo fluorescentes, gerando um consumo bem menor de eletricidade para seu funcionamento. Também já foi dito anteriormente que o empreendimento contará com torneiras com temporizador dotadas de arejadores que podem reduzir o consumo de água em até 50%. Os vasos sanitários são dotados de caixa acoplada, com descargas de duplo acionamento.

4. CONCLUSÃO

Com base nas informações apresentadas no processo, este parecer **é favorável** à concessão da Licença de Operação Corretiva – LOC – para o empreendimento, pelo prazo de 10 anos e com as condicionantes constantes do Anexo I.

Cabe esclarecer que a SMMA não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

Belo Horizonte, 21 de outubro de 2025.

Luciano Campos Vieira — Engenheiro Civil — BM: 84377-X

Thais Mol Vinhal — Engenheira Ambiental — BM: 112.400-3

Mariana Costa de Souza — Engenheira Sanitarista e Ambiental — BM: 325.292-0

Celmo Niffenegger e Silva — Engenheiro Químico — BM: 326.416-3


Ciente: Pedro Franzoni – Subsecretário de Licenciamento e Controle Ambiental – SULCAM (Instrução de Serviço SMMA nº 001, de 3/5/2018).



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

 BELO HORIZONTE PREFEITURA	PARECER TÉCNICO 2625/25	DATA 21/10/2025	SMMA
		GERÊNCIA GELCP	

ANEXO I
CONDICIONANTES DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Licenciamento ambiental do empreendimento denominado Lafaete Gestão Ambiental Ltda, situado à avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 4377, bairro Calafate – Regional Oeste em conformidade com o Art. 344 da Lei Municipal 11.181/19, o Decreto Municipal nº 17.266/20 e a Deliberação Normativa 102/20 do COMAM, sendo referente à Licença de Operação Corretiva (LOC).


Nº	Condicionante	Prazo
01	Apresentar cópia ou original de publicação da concessão desta licença ambiental em periódico regional ou local de grande circulação, nos termos do art. 31, da DN COPAM nº 217/17. Nota 02.	30 dias
02	Apresentar projeto/planta de ocupação do terreno com memorial descritivo, indicando áreas permeáveis/ajardinadas, montagem dos blocos/triagem, alocação de máquinas, equipamentos e área de guarda de veículos. Notas 03 e 04.	30 dias
03	Providenciar o tamponamento do poço de captação de água subterrânea instalado no empreendimento e apresentar comprovação por meio do envio de relatório técnico descritivo e fotográfico da área dos poços. Nota 05.	60 dias
04	Comprovar por meio de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e respectivo Certificado de Destinação de Resíduos (CDF) a destinação ambientalmente adequada dos pneus inservíveis.	90 dias
05	Apresentar Laudo Técnico de Avaliação de Emissões Sonoras, elaborado por empresa devidamente acreditada, acompanhado de Certificado de Acreditação nos termos da NBR ISO/IEC 17025, junto ao INMETRO ou certificado de Reconhecimento de Competência junto à Rede Metrológica. (Lei 9.505/2008, artigo 8º e Deliberação Normativa DN COPAM 216/2017). Nota 06.	90 dias
06	Apresentar, para aprovação, o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC. Nota 07.	90 dias
07	Realizar estudo de investigação confirmatória, em conformidade com o item 3.2 do Termo de referência Gerenciamento de Áreas Contaminadas disponível em http://smma.pbh.gov.br , aba Documentos para Download / Roteiros Técnicos. Os relatórios deverão ser acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Nota 08.	120 dias
09	Comprovar a implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC – com o envio de relatórios periódicos durante as obras. Nota 09.	180 dias
10	Apresentar relatório descritivo e fotográfico da retirada da sucata de caminhão tanque com a comprovação por meio de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e respectivo Certificado de Destinação de Resíduos (CDF) da destinação ambientalmente adequada da sucata.	180 dias
11	Apresentar comprovante da execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas na edificação ocupada pelo empreendimento. Nota 10.	Quadrimestralmente em janeiro, maio e setembro.
12	Elaborar e enviar, por meio do Sistema MTR-MG, a Declaração de Movimentação de Resíduos – DMR, na forma e prazos estabelecidos na Deliberação Normativa COPAM nº 232/2019. Encaminhar, junto da DMR, declaração do responsável técnico pela gestão dos resíduos no período, devidamente acompanhada de ART, conforme previsto no art. 22 da Lei Federal nº 12.305/2010 e suas regulamentações. Nota 11.	Semestralmente, em fevereiro e agosto.



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.


 BELO HORIZONTE PREFEITURA	PARECER TÉCNICO 2625/25	DATA 21/10/2025	SMMA
		GERÊNCIA GELCP	

Nº	Condicionante	Prazo
13	Realizar automonitoramento na frota de veículos que utilizem motor Diesel, com avaliação de opacidade, seguindo as definições de limites de emissão da Resolução CONAMA 418/09 e os procedimentos de medição da Instrução Normativa nº 06/10 do IBAMA, e apresentar os resultados apurados. Nota 12.	Anualmente, em fevereiro.
14	Adotar medidas que mitiguem incômodos que possam surgir na vizinhança provenientes da emissão de ruídos e sons em decorrência de atividades exercidas.	Durante a operação do empreendimento
15	Manter as ações de medidas de controle de mitigação de efluentes atmosféricos de acordo com o cronograma apresentado no Plano de Controle Atmosférico de Particulados.	Durante a operação do empreendimento
16	Manter CLCB válido, emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. Nota 13.	Durante a operação do empreendimento

Notas:

1. A SMMA poderá exigir, a qualquer tempo, procedimentos preventivos ou corretivos para minimizar incômodos porventura causados ou necessários para atender à legislação ambiental.
2. A publicação deverá seguir o Modelo de publicação da concessão da Licença Ambiental disponível em: <https://smma.pbh.gov.br>, aba Documentos para Download/ aba Licenciamento.
3. O memorial deverá informar, separadamente, a discriminação também qualiquantitativa das áreas ajardinadas. Para tanto é necessário observar que só devem ser consideradas áreas permeáveis qualificadas aquelas sobre solo natural (ou seja, não são aceitas áreas sobre laje) e não devem ser consideradas as áreas sob projeção de qualquer tipo de cobertura (mesmo que pergolados), em projeção de solos e/ou com inclinação maior que 30%.
4. No que diz respeito ao amortecimento da descarga de água pluvial na rede pública de drenagem, bem como melhoria do funcionamento do sistema de micro e macrodrenagem, deverá ser informado como o projeto atenderá ao Art. 161 da Lei 11.181/2019, conforme disposto em regulamento, proposta de estruturas de drenagem de amortecimento (caixas de retenção, estruturas de infiltração, jardins de chuva, dentre outros). O projeto deverá estar acompanhado de memorial descritivo e ART.
5. O tamponamento deverá ser realizado em conformidade com a Nota Técnica IGAM nº1/2006, disponível em www.semamg.gov.br/outorga/notas-tecnicas. Ademais, deverá ser providenciado o cancelamento da Outorga de uso concedida pelo IGAM, se for o caso, e a devida comprovação encaminhada para a análise da SMMA.
6. O laudo deverá ser elaborado observando as orientações constantes na Orientação Técnica para Laudo Técnico de Avaliação de Emissões Sonoras, disponível em: smma.pbh.gov.br > aba documentos para download > aba roteiros técnicos.
7. O PGRCC deverá ser apresentado juntamente com a ART do responsável técnico pela elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento do referido Plano. Deverão ser observadas e seguidas as orientações constantes da Orientação Técnica para Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, disponível em <http://smma.pbh.gov.br>, aba Documentos para Download / aba Roteiros Técnicos. Quanto à elaboração da ART, deverá constar expressamente no item 5 (Observações) a indicação: "Responsável técnico pela elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento do PGRCC". Apresentar também o certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA), do responsável técnico pela gestão dos resíduos perigosos gerados pelo estabelecimento.



 BELO HORIZONTE PREFEITURA	PARECER TÉCNICO 2625/25	DATA 21/10/2025	SMMA
		GERÊNCIA GELCP	

8. Para a amostragem do solo e da água subterrânea, deverá ser seguido o Termo de referência para amostragem de solo e água subterrânea, disponível em <http://smma.pbh.gov.br>, aba Documentos para Download / aba Roteiros Técnicos. A depender dos resultados da investigação confirmatória, estudos complementares poderão ser solicitados.
9. Os relatórios de monitoramento deverão ser elaborados em conformidade com o PGRCC aprovado pela SMMA e com a Orientação Técnica para Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, disponível em <http://smma.pbh.gov.br>, aba Documentos para Download / aba Roteiros Técnicos.
10. Deverão ser encaminhados os comprovantes da execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas na edificação ocupada pelo empreendimento, executados por empresa especializada e autorizada nos termos da Resolução RDC Anvisa 52 de 22 de outubro de 2009.
11. Deverão ser observadas e seguidas as orientações constantes da Orientação técnica para gerenciamento de resíduos disponível em <http://smma.pbh.gov.br>, aba Documentos para Download / aba Roteiros Técnicos.
12. O monitoramento deve abranger todos os veículos próprios e terceirizados, veículos de recolhimento de resíduos (caçambeiros). Os relatórios deverão ser apresentados conforme a Orientação técnica para Automonitoramento da frota de veículos disponível no sítio eletrônico: smma.pbh.gov.br / aba Documentos para Download / aba Roteiros Técnicos. Juntamente com os dados do automonitoramento de frota, deve ser apresentado a atualização de frota, caso novos veículos sejam incorporados a frota ou algum veículo seja descontinuado da operação.
13. O CLCB válido deverá estar disponível no empreendimento durante todo o seu período de funcionamento, bem como medidas de segurança previstas na legislação estadual de Segurança Contra Incêndio e Pânico vigente.

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 90BB1BDE83F587BBBCAF84BB5D8BBC4F2997B3CFB - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

Portal da Assinatura - PBH

16 página(s) assinada(s) - Datas e horários baseados em Brasília, BR

Certificado de assinaturas gerado em terça-feira, 21 de outubro de 2025 às 09:33

Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

2625_25.pdf

Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em terça-feira, 21 de outubro de 2025 às 09:49
Assinante: MARIANA COSTA DE SOUZA Matrícula: PR00325292
Hash da assinatura: 17381709F33D9C5D0AA950006ED0BEFB1837CF92 Para validar utilize o QR Code ao lado.



Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em terça-feira, 21 de outubro de 2025 às 09:33
Assinante: CELMO NIFFINEGGER E SILVA Matrícula: PR00326416
Hash da assinatura: 90BB1BDE83F587BBCAF84BB5D8BBC4F2997B3CFB Para validar utilize o QR Code ao lado



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.